

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Teleférico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros, S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Irresponsabilidade orçamentária

A CPI do Orçamento vem mostrando, com detalhes, como um grupo de parlamentares transformou a discussão sobre os gastos públicos num “barril de porcos”, ou **porc barrel**, como os norte-americanos se referem a esse tipo de briga entre congressistas para conseguir verbas. O processo de discussão, votação e até execução do Orçamento federal, no entanto, não é condenável apenas porque permite o florescimento dessa rede de corrupção mas, sobretudo, porque permite a montagem de Orçamentos totalmente desvinculados da realidade financeira do governo e, por isso, dá margem a práticas inteiramente irresponsáveis.

É para o Orçamento que, naturalmente, convergem as demandas por recursos públicos. São demandas que partem de ministros, senadores, deputados, governadores, prefeitos, dirigentes de estatais e do próprio funcionalismo, cada um querendo uma fatia maior das verbas. A forma como o Orçamento é montado e discutido, porém, permite que boa parte dessas demandas seja contemplada, como mostrou o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, em seu discurso no Senado, na semana retrasada.

Entre 1990 e 1992, por exemplo, as despesas orçadas (sem incluir o custo da rolagem da dívida interna) totalizaram US\$ 144 bilhões, US\$ 113 bilhões e US\$ 108 bilhões. Eram valores suficientes para atender a boa parte das demandas. Mas estavam muito acima da real capacidade financeira do governo. Por isso, das despesas orçadas, foram efetivamente realizadas, naqueles anos, apenas uma parte: US\$ 111 bilhões, em 1990, US\$ 78 bilhões, em 1991, e US\$ 68 bilhões, em 1992. A distância entre o orçado e o realizado dá a dimensão da irresponsabilidade com que o assunto foi discutido e votado no Congresso.

De um lado, essa irresponsabilidade acaba inevitavelmente por enriquecer os espertos que conseguem colocar no Orçamento despesas que interes-

sam diretamente ao seu bolso; de outro, obriga o Executivo a usar artifícios para evitar que o déficit público atinja números ainda maiores do que os que têm sido registrados.

Diante da necessidade de fazer brutais cortes nas despesas orçadas para não chegar ao final do ano com um déficit monumental, o governo contingenciava verbas, isto é, condiciona a liberação de recursos à existência efetiva de receita correspondente. Isso, como mostrou o ministro da Fazenda, tem efeitos graves. Inverte-se a prioridade das despesas, deixando-se para trás as mais importantes, que depois serão usadas como uma espécie de chantagem para forçar o Ministério da Fazenda a autorizá-las. E cria-se uma espécie de “mercado negro” de verbas, campo fértil para o crescimento da corrupção.

Outra dificuldade apontada pelo ministro no Senado refere-se à redução do espaço para o governo atuar no Orçamento. Como os recursos da União foram ficando mais escassos em consequência das mudanças no sistema fiscal brasileiro introduzidas pela Constituição de 1988, cada interessado nos gastos procurou torná-los obrigatórios, por meio do mecanismo da vinculação. Isso quer dizer que determinada receita, ou determinada parte dela, deve ser obrigatoriamente aplicada neste ou naquele setor, como, por exemplo, educação e seguridade social. Outra parte deve ir para os Estados e municípios. E assim por diante... Chegou-se a tal ponto que os recursos que sobram para o custeio da máquina administrativa e para investimentos tiveram de ser cortados pela metade nos últimos anos.

É por causa desse quadro de graves dificuldades financeiras do setor público que o ministro da Fazenda afirma que, sem o ajuste fiscal — que envolva também mudanças no processo de elaboração, votação e execução do Orçamento federal —, a política econômica se limitará à alta dos juros, que agravará a recessão, ou à emissão de moeda, que leva à hiperinflação.